

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA MUNICÍPIO DA AMADORA

Assunto: Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 23	3 mandato 2017/2021.
Considerando o n.º 2 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de votação a Ata n.º 23.	e 12 de setembro, remeto para apreciação, discussão
O President Carlos Filipe de	A.
	192)

е



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA MUNICÍPIO DA AMADORA

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

(texto aprovado em minuta)

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia de Freguesia aprovou em minuta o texto da deliberação tomada em sessão ordinária de 20 de setembro de 2021.

Ata n.º 23 mandato 2017/2021

VOTAÇÃO: Aprovada por Unanimidade:		
VOTAÇÃO: Aprovada por Maioria:	9	Com votos a favor das Bancadas e/ou dos Vogais

Amadora, aos 20 de setembrude 2021.

O Presidente,

Carlos Filipe de Sousa Garcia



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

Ao vigésimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu em Sessão Pública Ordinária nas instalações do espaço Multiusos da Junta de Freguesia, sitas na Rua Mário Dionisio (Edifício Pingo Doce), Moinhos da Funcheira, a Assembleia de Freguesia de Mina de Água com a seguinte Ordem do Dia:

Ponto Um - Apreciação, de pedido de suspensão de mandato;

Ponto Dois - Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 20;

Ponto Três – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2020;

Ponto Quatro – Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental;

Ponto Cinco - Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal de 2021 – 1.º Alteração;

Ponto Seis – Apreciação da Informação Escrita do Presidente.-----

A Primeira Secretária Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) - informou que, face ao pedido de suspensão de mandato do Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS), a mesma o substituiria. Informou ainda que haviam sido solicitadas as substituições dos Vogais Carlos Garcia (PS), Inês Filipa de Freitas (PS) Joaquim António Piedade Moedas (PS) e Carla Campos Garcia (PS), sendo que os Membros em falta seriam substituídos por: Maria dos Santos Ferreira Lourenço (PS) Domingos Sérgio Garcia Monteiro (PS), Luis da Costa Marques (PS) e Tiago Luis Resende (PS, respetivamente.

Membros da Assembleia presentes:

Bancada do PS: A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro, a Primeira Secretária Ana Lúcia Pereira Leitão e os Vogais: António Pedro de Almeida Viana, Maria dos



Santos Ferreira Lourenço, Manuel Baía Patrão, José Natálio Rijo Rodrigues, Domingos Sérgio Gar-
cia Monteiro, Luis da Costa Marques e Tiago Luis Resende;
Bancada do PSD: Os Vogais Maria Carlota Teixeira Fernandes, Rui Tiago Gonçalves Monteiro e
Ricardo Manuel Machado Santos Girão;
Bancada da CDU: os Vogais Eduardo Manuel Machado Dores;
Bancada do BE: os Vogais Maria Cândida Pereira e Carlos Alberto dos Prazeres Miranda;
Bancada do CDS: a Vogal Aldina Túlia Figueiredo Longo;
Bancada do MIMA: a Vogal Alexandrina Maria Oleiro Carocinho Louro
Totalizando os dezoito dos dezanove Membros da Assembleia de Freguesia Mina de Água
Membros do Executivo presentes:
O Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) e os Vogais Laura Rodrigues (PS), António da Silva (PS) e Luis Pires (PS).
Depois de verificadas as presenças dos Membros da Assembleia de Freguesia e constatada a exis-
tência de quórum para a sua prossecução, a Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme
Santos Rendeiro (PS) declarou aberta a sessão
Período Antes da Ordem do Dia:
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) abriu as inscrições
para o período reservado às intervenções do público, tendo-se inscrito a freguesa Maria Teresa
Ferreira. Por motivos alheios aos serviços, parte da gravação não foi captada, pelo que não será
possível transcrever a mesma
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS), abriu as inscrições
para o período reservado às intervenções das forças políticas. Inscreveram-se para tomar a palavra
os Vogais Eduardo Dores (CDU), Túlia Figueiredo (CDS), Alexandrina Louro (MIMA) e Rui
Monteiro (PSD), contudo, devido a problemas técnicos alheios a esta Assembleia a gravação inicial
desta não foi efetuada
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra ao Vogal Eduardo Dores (CDU).
Vogal Eduardo Dores (CDU) 00.00/03.05 – Parte da intervenção transcrita na íntegra – "() pelo
menos aquilo que nós sabemos, está completamente ao abandono. Qual é a posição da Freguesia



ATA Nº 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

sobre este assunto? Obviamente que também não são assuntos da competência da Junta de Frequesia, mas gostaríamos de saber o que preveem para estes espaços. Queríamos ainda, já não relacionado com o património de interesse municipal, mas ter informação de qual o destino ou o que estava previsto - julgo que terá ficado para uma espécie de armazém - as antigas instalações da SFCIA; que utilização está a ser dada a esse espaço e se ainda está de alguma forma na posse da Junta de Freguesia, julgo que as instalações são da Junta, as antigas instalações da SFCIA. --Relativamente à higiene nas ruas e saúde pública, segundo consta, a situação da Mina está relativamente controlada, mas temos muitas reclamações e queixas da zona de São Brás e dos Moinhos da Funcheira. É uma situação que penso que necessita de uma intervenção rápida. É um assunto que tem vindo aqui a ser tratado ao longo dos tempos e de facto há zonas de São Brás que se encontram num estado relativamente sujo e bastante degradado. Uma das zonas de facto de maior impacto até disso é aquela situação à frente dos CTT, vem também levantar um conjunto de questões, já veio aqui à Assembleia, o Presidente da Junta diz que aquele espaço é um espaço privado que não pode intervir, mas julgo que havia que fazer um esforço para minimizar os impactos naquela situação. ------Tem-nos ainda chegado um conjunto de preocupações sobre a rampa no centro de São Brás; sequndo dizem que aquela nova estrutura, aquela construção, pode ocultar algumas situações de dificuldade para as pessoas e, portanto, obviamente que ela está a ser construída dentro daqueles moldes e imagino que não haverá outro, mas estão-nos a chegar vários feedbacks de algum receio com aquele tipo de estrutura naquele local. ------Por último queríamos saber - obviamente que também é da competência da Câmara Municipal - a situação do Parque das Artes e do Desporto, enfim... o novo Parque da Boba, que segundo os feedbacks que nos chegam, está completamente degradado, com lixos e com necessidade de uma intervenção profunda. Disse." ------_____ A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra à Vogal Túlia Figueiredo (CDS). -----Vogal Túlia Figueiredo (CDS) 3.16/04.21 - Cumprimentou todos os presentes.-----Informou que trazia um conjunto de pedidos de vários moradores, nomeadamente da Av. António Ribeiro Chiado e da Av. Pedro Álvares Cabral, e mais concretamente na entrada da Escola Cardoso Lopes na Av. Ribeiro Chiado, devido à confusão de carros existente na hora de entrada e saída dos alunos, aludindo assim para o anterior acesso pela Av. Pedro Álvares Cabral, que considera não condicionar o acesso dos moradores aos prédio, nem congestionaria o trânsito; solicitou assim desta forma à Junta de Freguesia a sua atenção para este pedido dos moradores. ------



ATA Nº 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra à Vogal Alexandrina Louro (MIMA). -----Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 04.43/10.20 - Intervenção transcrita na íntegra - "Boa noite a todos. ------Folgo em ver-vos ao fim de tanto tempo numa sala, sabem que eu me tenho batido várias vezes pela forma como as Assembleias foram feitas. ------Lamento a falta do Senhor Presidente da Assembleia Carlos Garcia, espero que as coisas lhe corram bem e ele melhore rapidamente. De qualquer das formas quero chamar a atenção para algoque é raro ver numa Autarquia, que são três mulheres numa mesa. Posso-vos dizer que podem correr muitas reuniões, mas que dificilmente encontram esta situação, congratulo-me também por Tenho algumas questões para colocar: o Presidente da Junta não está e algumas teriam de ser com ele, de qualquer das formas vou aguardar que ele esteja presente na próxima Assembleia que será a última, penso eu - a não ser que surja por aí alguma extraordinária - para levantar algumas questões. De qualquer das formas há algumas questões que eu gostaria de levantar, uma delas porque estava a ser tratada com o Carlos Garcia e daqui a pouco o mandato está no fim, e isto não é pelo valor, é pelo princípio, que é o pagamento das senhas de presença das reuniões das Comissões de Acompanhamento do Regimento. Nós tivemos várias reuniões, foi levantada essa questão; até à data não nos foi dada resposta. Eu e a Cândida estivemos em várias reuniões, chovesse, fizesse sol... tivemos várias vezes e saímos durante a noite para São Brás para estarmos nas reuniões. Penso que, pronto... a resposta deveria ser dada a quem esteve nas reuniões, se houver alguma dúvida o Carlos também o poderá dizer e nós temos a troca de e-mails entre os membros que estiveram presentes na reunião. Esta era uma questão que eu gostava de ver respondida depois, não é agora no momento, como é evidente. ------Eu tive a ler a Ata e vou falar da ata no ponto da ata, mas em introdução a isto, e sinceramente eu chego à conclusão de que eu ando aqui um mandato inteiro, praticamente a dizer as mesmas coisas e infelizmente há uma série de coisas que se mantêm e que não há forma de a ver resolvida. Uma delas é a questão da entrega dos documentos. Eu pedi várias vezes vários documentos, o Senhor Presidente da Junta disse várias vezes - e está na última ata que nos foi entregue - que me iriam enviar os documentos, nomeadamente de algumas situações que foram levantadas na Assembleia e que me enviam cópias da documentação que foi enviada para a Câmara, no fundo a dar conta daquilo que se passava; até hoje aquilo que eu recebi da Junta de Freguesia e de todos os documentos que ao longo de quatro anos eu aqui peço, foi zero. Recebi uns documentos, foi a bancada



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

da CDU que os pediu, e que foram entregues a todos, os documentos; acredito que a bancada da CDU também não tenha recebido todos os documentos que pediu, mas efetivamente é triste que ao longo de quatro anos os pareceres dos juristas são pareceres mistério, não vi um único... apesar de me terem dito que iam enviar vários; as cópias da documentação que foi enviada para a Câmara, zero; "n" documentos que foram pedidos, nunca foram entregues. Eu lamento sinceramente a falta de respeito que a Junta demonstrou por esta Assembleia e pelos Membros da Assembleia. É assim, eu não direi que é a Junta, no fundo, no fundo, pronto, também não direi que é os serviços, porque os servicos também não fazem coisas que o Senhor Presidente não mande. Eu só posso efetivamente dizer que é o Senhor Presidente da Junta que não deu orientações para isso. Eu não posso chegar a outra conclusão a não ser esta. É lamentável que isto tenha acontecido, aquilo que aconteceu. E digo-vos uma coisa, eu tenho que admirar a coragem de certos Membros da Assembleia que estão aqui à vários mandatos sujeitos a este tipo de atuação; foi pura e simplesmente uma falta de respeito que a Junta de Freguesia demonstrou pelos Membros desta Assembleia, em várias situações que foram levantadas da não publicação das atas, no não reporte das gravações no site, várias... "n" situações que eu levantei aqui, até hoje: zero! Isto demonstra claramente - e a mensagem que fica, e eu já o disse e ela está numa ata - a mensagem que fica, eu não direi da Junta de Frequesia, mas do Senhor Presidente da Junta para esta Assembleia é vocês estão aí e nós não queremos saber. Esta é a mensagem que fica, mesmo que ninguém o diga é o que está implícito. Em relação à questão que o Dores levantou da rampa... pois, eu já vi, vi muitos comentários, vi muitas publicações também aguardo com alguma expetativa a conclusão da rampa. Espero que aquela rampa não seja como a obra que foi feita na Raul Leal no último mandato, em plena campanha eleitoral, que arranjaram ali aquela Rua para descerem os carinhos e as cadeiras de rodas, que os sinais estão no meio do passeio e que ninguém desce. A minha sugestão é que quando a rampa estiver inaugurada se faça uma experiência: agarramos nos autarcas que acharam que a rampa deveria ser feita, colocamos numa cadeira de rodas e metemo-los a descer a rampa, que é para ver se funciona, no mínimo. Mas vou ficar a aguardar, espero que esteja pronta antes das eleições, para ver efetivamente que rampa é que vai sair dali. É só." ------A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra ao Vogal Rui Monteiro (PSD). ------Vogal Rui Monteiro (PSD) 10.41/19.50 – Cumprimentou todos os presentes e desejou as melhoras ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Mina de Água, Carlos Garcia. ------Referiu que considera que esta seria a última Assembleia do mandato e que iriam fazer um balanço dos últimos quatro anos. -----



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

Salientou que nos últimos quatro anos apenas nota terem crescido na Frequesia ervas invasoras e capim, em alguns Jardins e em espaços que menos frequentados e com menor utilização, considerando que esta é uma situação recorrente nos últimos quatro anos.------Destacou ainda a falta de respeito que considera ter existido pelo Órgão da Assembleia de Frequesia, referindo que foram apresentadas ideias e propostas, bem como foram solicitados alguns elementos, e que muitas das vezes não foram ouvidos, ou são aprovados por unanimidade e simplesmente ficam na gaveta, informando que, nesse sentido, iria mostrar três projetos dos muitos que haviam apresentado e que não haviam tido resposta; referiu assim que, no âmbito da preservação do ambiente e da reciclagem, apresentaram uma série de questões a 27 de junho de 2018, relacionadas com a quantidade de lixo orgânico e reciclado que eram recolhidos, as suas percentagens por categoria papel, vidro e plástico no âmbito do reciclado; referiu também que haviam solicitado igualmente informação de quais eram as metas da reciclagem e se as mesmas haviam sido cumpridas a nível da Freguesia, nomeadamente qual o número de contadores de reciclagem comparado com o número de contentores de lixos normais, quais as tipologias e as capacidades, e para as quais não haviam obtido nenhuma resposta nem mesmo com um e-mail de encaminhamento para as entidades que deteriam esta informação. O Vogal referiu que, no entender do PSD, esta atitude demonstra a vontade em não informar, não colaborar e não ajudar a atingir alguns objetivos, nomeadamente no âmbito da reciclagem, e que esta moção havia sido aprovada por todos os elementos da Assembleia de Freguesia (PS, PSD, CDS, BE, MIMA e PCP) e que mesmo assim esta havia sido colocada na gaveta. Informou ainda que, na Assembleia a que se refere, haviam apresentado uma proposta no âmbito da Mobilidade em que propuseram a criação de uma Comissão de Freguesia para a promoção da Mobilidade que teria, entre outras responsabilidades, a identificação de barreiras arquitetónicas existentes na Freguesia e que ajudassem a elaborar um plano de execução, para que em dois anos as mesmas fossem eliminadas. Aludiu que esta Comissão havia sido aprovada por unanimidade e, mesmo assim, não havia saído do papel. Referiu ainda que, logo nas primeiras reuniões de Assembleia, apresentaram uma proposta para que as reuniões fossem gravadas e transmitidas ao vivo, sendo que este pedido havia sido aprovado por unanimidade; na sua opinião, se isto tivesse sido feito, ao fim do primeiro ano a maioria dos problemas das atas estariam solucionados. Salientou ainda que isto demonstra que têm ideias e que guerem ajudar, mas sente que haviam sido quatro anos deitados fora e que, ao fim de quatro anos, sai desalentado e desiludido, questionando mesmo o que é que cada um dos elementos estaria ali a fazer, uma vez que ao fim de quatro anos não haviam conseguido que a Assembleia fosse transmitida. Questionou uma vez mais qual seria o papel dos Membros da Assembleia e o que poderiam fazer para aproximar a população do poder local. Sugeriu que fosse feita uma reflexão para se perceber quais são os propósitos e as ideias para a Freguesia e quais as mais-valias que trariam para a Freguesia, porque



sendo para vir para as Assembleias perder quatro horas da sua vida e para não fazer nada seria triste.
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a parlavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS), para esclarecimentos.
Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 20.04/41.20 – Cumprimentou todos os presentes e desejou
as melhoras ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Mina de Água Carlos Garcia, e
fez votos de um bom trabalho para a Margarida. Informou ainda que, por motivos de saúde, o senho
Presidente Joaquim Marques Rocha, teve que se ausentar desta Assembleia
Informou que a Assembleia de setembro tem ocorrido todos os anos e enquanto o mandato não
terminar, aludindo para a eventualidade de esta poder decorrer mesmo após o ato eleitoral
Em resposta às questões colocadas pelo público, nomeadamente a questão das lombas, informou
que esta já era conhecida e que estava em análise para ser aplicada, no entanto, relativamente ad
café o Sever, a Junta de Freguesia não tem competência de fiscalização dos espaços comerciais
mas tudo o que tem conhecimento nesse âmbito comunica às autoridades. Informou que, no en
tanto, iriam estar atentos e que passariam a mensagem às autoridades competentes para que estas
intercedam nesse sentido
Em resposta ao Vogal Eduardo Dores (CDU) informou que, relativamente aos números COVID na
Freguesia, não têm a certeza porque estes também não lhes são divulgados. Mencionou saber que
estes se encontram a subir drasticamente, não só na Freguesia, mas em todo o concelho, e daí a
hesitação na realização desta Assembleia de forma presencial
Referiu ainda que, relativamente aos buracos, existe um conjunto de problemas identificados na
Freguesia, e o que foi transmitido por parte do Senhor Vereador é que estão previstas empreitadas
e que irão tentar cobrir este lado do concelho, acreditando que chegarão o mais brevemente possí
vel à Freguesia
Aludiu que, relativamente ao Subsídio de salubridade, iriam falar deste no ponto do Mapa de pes
soal, uma vez que este vinha à Assembleia em especial por causa da alteração que iam incluir neste
Mapa. Informou ainda que este subsídio, após a aprovação em Assembleia, irá começar a ser pago
a partir do próximo mês, destacando que foi atribuído o Subsídio de risco mais elevado, uma vez
que foi identificada pela empresa de Segurança e Higiene no Trabalho a existência de elevado risco
nos trabalhadores passiveis de usufruir deste suplemento
Informou que, segundo informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o procedimento
do Centro de saúde está a decorrer e que o mesmo irá arrancar este ano, não conseguindo precisa
o tempo de duração da obra



Referiu também que o parque infantil do Cerrado da Bica irá ter uma intervenção muito em breve
por parte da Câmara Municipal da Amadora, devido a uma requalificação estrutural
Informou que a Junta de Freguesia não é detentora das antigas instalações da SFCIA
Transmitiu também que conseguiram de alguma forma regularizar a limpeza em toda a Freguesia,
assumindo que poderiam existir alguns constrangimentos momentâneos, como o caso de trabalha-
dores que estejam ou de férias ou doentes
Recordou que o terreno em frente ao posto dos CTT é sempre ponto para esta altura do ano, em
situação de pré-eleições. Esclareceu que aquele é um terreno privado e por isso não é da compe-
tência da Junta, sendo que a própria Câmara tem tido sempre grande dificuldade em obrigar o
proprietário a fazer a limpeza; acrescentou ter conhecimento por parte do Senhor Vereador de que
estaria prevista uma limpeza por parte do proprietário até ao dia 15 de junho
Mencionou que, relativamente à estrutura que está a ser construída em São Brás, espera que esta
fique menos íngreme e fique melhor do que estava
Expressou que não aprecia o investimento feito no Parque das Artes e do Desporto, mas que este
é um espaço bastante procurado. Esclareceu que a Camara não prevê nenhuma intervenção para
já e que a Junta de Freguesia que terá muito gosto em poder assegurar a gestão do espaço, mas
com o espaço remodelado. Mencionou ainda que estarão pensadas algumas obras de melhoria
para este espaço para o próximo ano
Em resposta à Vogal Túlia Longo (CDS) solicitou que os moradores façam o reencaminhamento
dos memorandos para Junta de Freguesia, para que esta possa intervir junto da Câmara Municipal.
Em resposta à Vogal Alexandrina Louro (MIMA) esclareceu que é da opinião de que o trabalho é
para ser pago, mas recordou que ao fim de quatro anos ainda não existe regimento. Informou ainda
que desconhece o impasse do pagamento das referidas senhas, mas irá verificar esa situação junto
dos serviços
Em resposta ao Vogal Rui Monteiro (PSD) e relativamente a ervas invasoras e capim, referiu que
considera importante encarar que este assunto é uma situação que é recorrente, salientando ainda
que, para que fosse possível manter as ervas completamente limpas, provavelmente seria neces-
sário o triplo das verbas que recebem atualmente. Acrescentou que não quer dizer com isso que
não existam problemas com a limpeza das ervas invasoras e que não está a desculpar-se. Informou
ainda que se encontram proibidos de realizar monda química, considerando que efetivamente é um
problema não apenas da Freguesia, mas que ocorri um pouco por todo lado
Transmitiu a sua tristeza pelo facto de alguma documentação não ser enviada, argumentando que
não existe razão para que tal aconteça



Esclareceu que relativamente ao cidadão deficiente e ao problema de acesso ao edifício da Mina
(instalações da Junta), não foi possível resolver o mesmo uma vez que o próprio edifício não reúne
as condições para a instalação de uma rampa, no entanto ressalvou que no bairro onde o cidadão
em questão reside foram feitas oito adaptações especificas de mobilidade, trazidas pelo mesmo
Informou também que, relativamente aos contentores, haviam questionado o Senhor Vereador e
que, o que havia sido dito, era que a Câmara Municipal não tem a informação esquematizada por
Freguesia. Salientou, no entanto, que o Concelho está a ser alvo de uma alteração relativamente à
recolha dos recicláveis e que a Freguesia irá ser munida com mais cento e trinta postos de recolha
seletiva
Salientou por fim que, quer as comissões quer as conferências de líderes, são importantes e que
estas são da competência da Assembleia
Período da Ordem do Dia:
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) deu início ao pe-
ríodo da Ordem do Dia
Ponto Um – Apreciação de pedido de suspensão de mandato
Ponto Dois - Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 20
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a pa-
lavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra os Vogais Túlia Longo (CDS),
Alexandrina Louro (MIMA) e Eduardo Dores (CDU)
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a pa-
lavra à Vogal Túlia Longo (CDS)
Vogal Túlia Longo (CDS) 43.20/49.30 – Cumprimentou uma vez mais os presentes
Mencionou que existem questões recorrentes em todas as Assembleias - nomeadamente as atas,
que vieram duas vezes, já foram feitas e refeitas - e ao fim deste tempo todo, resolveu hoje ser mais
contundente com a ata n.º 20, salientando que todos representam uma bancada em nome de um
partido e que a do PS não é uma bancada, mas sim uma "bacada", referindo que esta gralha se
repetia há cinco ou seis atas. Salientou ainda que não havia gostado a uma frase que constava da



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra à Vogal Alexandrina Louro (MIMA).

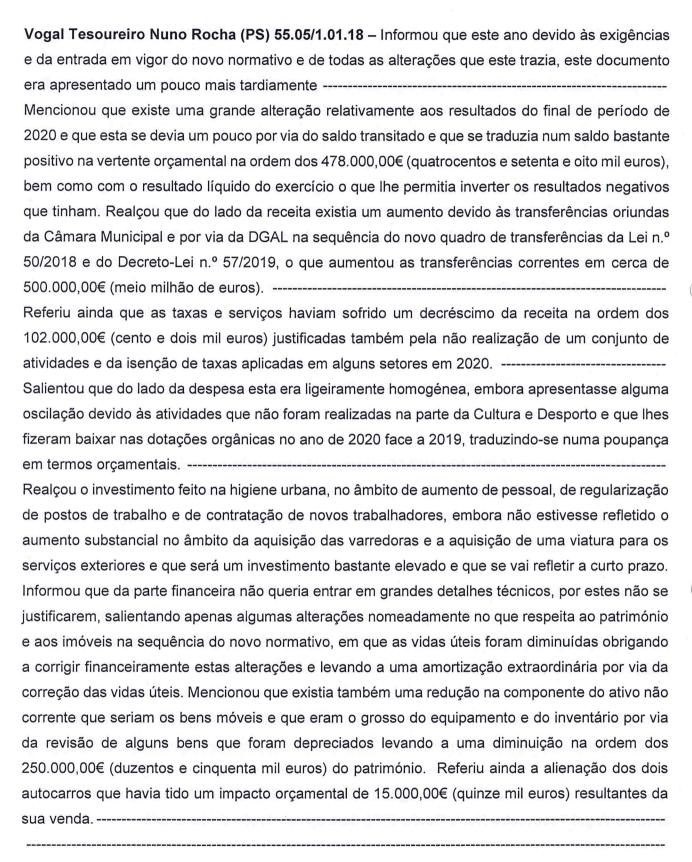
Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 49.43/53.32 - Intervenção transcrita na íntegra – "Eu não sei se alguém leu a ata, espero que cada um pelo menos leia as suas intervenções. Uma vez que o PS não intervém nunca nas Assembleias, acredito que nunca leia nada, não é?! É assim, eu sinceramente... eu custa-me, há quatro anos que eu digo a mesma coisa e hoje vou voltar a dizer. Primeiro nós temos aqui a ata de dezembro que é a ata n.º 20, passaram-se seis meses sobre esta reunião e nós temos uma ata; nós já tivemos reuniões depois desta Assembleia, não houve tempo para fazer as atas? O que é que aconteceu? Nós tivemos uma reunião obrigatória e penso que uma extraordinária. Depois eu já disse, aliás há coisas que eu digo sempre, bastava ver a ata anterior e eu poderia dizer: vão buscar o que lá está na página. Uma das coisas que aqui a colega Túlia referiu, e eu já o disse na última Assembleia e tenho-o dito várias vezes, é assim: os erros ortográficos saídos, dados num documento que sai de um serviço público envergonha esse serviço; eu já não digo em pedir perfeição na execução das tarefas, eu sei que é impossível, mas que um documento que é público não esteja bem elaborado, envergonha a equipa e envergonha os dirigentes, envergonha os líderes e envergonha as chefias. E mais, independentemente de quem faz a ata, o responsável por esse resultado é o líder e é o chefe; eu sou responsável pela perfeição do trabalho da equipa que eu coordeno, eu sou responsável por esse resultado, se eles fizerem mal eu sou a responsável e aqui em última instância o Senhor Presidente de Junta é o responsável, ou é quem coordena os serviços, e aquilo que aqui se passa: há erros de palmatória aqui nesta ata que são



crassos, não consegui perceber quando é que se está a tratar do verbo haver ou quando é que
"à", é que o "à" sozinho leva um acento como vocês todos sabem que começa do lado esquerdo
vem para o lado direito, mais que não seja isto, é vergonhoso. Depois, é a forma, atas transcritas
a transcrição das intervenções dos vogais e as do Dores já estão transcritas também, há regra
para fazer isto, não é chegar aqui e a transcrição não é despejar tudo aquilo que alguém disse. E
lembra-me qua na última Assembleia o meu gato passou em frente ao monitor, eu espero que n
próxima ata, não esteja lá eu a dizer que é o meu gato, quer dizer porque há regras para a
transcrições, e quando eu repito as coisas muitas das vezes é porque eu percebo que alguém esta
há um ruido de fundo, e isto é defeito que eu tenho no fundo por causa da formação, porque se e
estou a dar formação e há ruído de fundo a tendência é que eu repita a última palavra e eu faç
isso nas reuniões. Quer dizer não sou gaga, quem ler a ata vai pensar que eu sou gaga e que aquil
ficou aqui transcrito, sinceramente, não honra a Junta, não honra os serviços a forma como as ata
são elaboradas. É só."
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a pa
lavra ao Vogal Eduardo Dores (CDU)
Vogal Eduardo Dores (CDU) 53.44/53.56 - Intervenção transcrita na íntegra – "Era só para faze
uma nota, foi aliás a Sónia que me pediu para corrigirem o nome dela que está com Batista e nã
como Baptista; como é nome próprio agradecia que corrigissem. De resto, não faço comentários
ata."
Colocada à votação a apreciação, discussão e votação da Ata n.º 20, a mesma foi aprovad
por maioria com 11 votos a favor (5 PS, 2 PSD, 1 CDU, 2 BE) e 1 abstenção (1 MIMA); 1 ele
mento (PS) não votou por se encontrar ausente aquando da votação e 5 elementos (4 PS e
PSD) não votaram por não terem estado presente na referida reunião
Ponto Três – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Conta
2020
deltant alternation and adding a substitution and a
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a pa
lavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS), para apresentação do documento



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021



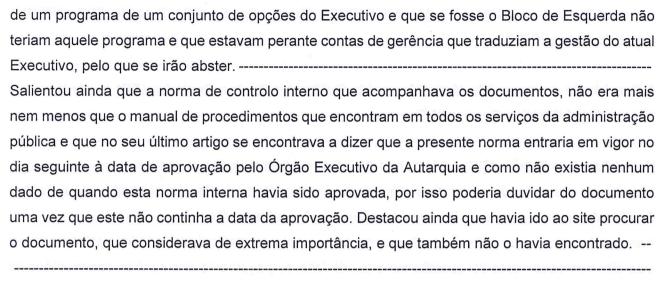
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra os Vogais Cândida Pereira (BE),



Alexandrina Louro (MIMA), Rui Monteiro (PSD), Manuel Patrão (PS), Ricardo Girão (PSD) e Eduardo Dores (CDU).		
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a pa- lavra à Vogal Cândida Pereira (BE)		
Vogal Cândida Pereira (BE) 1.01.41/1.11.06 – Cumprimentou todos os presentes		
Mencionou que antes de entrar na análise deste ponto gostaria de desejar as melhoras ao Senhor		
Presidente da Assembleia de Freguesia de Mina de Água Carlos Garcia		
Acrescentou ainda que o Bloco de Esquerda estava em concordância com tudo aquilo que havia		
sido dito nomeadamente da questão concreta da falta de pagamento das senhas das reuniões da		
comissão para a alteração ao regimento e que lamentava que não tivessem existido diligências do		
órgão da Assembleia de Freguesia no sentido de ter sido aprovado um novo regimento		
Relativamente à explicação feita pelo Senhor Tesoureiro não tinha nada a opor e que o resultado		
líquido não lhe dizia nada estando em presença de uma entidade pública e que o objetivo não é		
apresentar um lucro maior, mas que estariam ali para executar um programa em prol da comunidade		
e que até ficaria mais contente que o saldo fosse zero e que isto quereria dizer que o Executivo		
tinha feito ações e melhorias em prol da população. Referiu que também havia observado sucinta-		
mente a questão dos rácios, da liquidez e da autonomia financeira e que quem era da área finan-		
ceira saberia exatamente o que isso representava e que não sabia se existiam rácio de outras juntas		
de freguesia com a qual pudesse comparar para saber se desempenho deste Executivo com aque-		
les rácios havia sido muito bom ou se foi exemplar		
Mencionou que a prestação das contas, o relatório de atividades e a conta de gerência é um docu-		
mento que se traduz por 225 folhas aludindo para o facto de estes não terem sido entregues com o		
tempo que necessitariam para fazer uma análise detalhada e poderem falar com alguma proprie-		
dade e veracidade. Salientou que não teve tempo de analisar todo o documento, mas que havia		
analisado a certificação legal de contas e o parecer do Revisor Oficial de contas e fazia fé neste		
Referiu ainda que não poderia considerar este parecer com uma opinião limpa, uma vez que este		
trazia uma ênfase no relatório que não mudava nem alterava a opinião do revisor e que se este não		
altera a opinião do revisor também não iria alterar a sua, dai admitir que a situação financeira e		
apropriada a 31 de dezembro de 2020 que se encontrava patente no documento e que as contas		
eram verdadeiras. Destacou ainda qua não havia analisado o documento com detalhe, mas que		
mesmo que o tivesse feito não estaria habilitada para se pronunciar favoravelmente, porque não via		
os documentos de despesa e que não passava cheques em branco a ninguém. Mencionou ainda		
que também não tinha razão para votar contra. Referiu que este documento revelava uma execução		



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021



A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra à Vogal Alexandrina Louro (MIMA).

Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 1.11.18/1.24.09 - Intervenção transcrita na íntegra - "Como é evidente eu não vou fazer comentários sobre o documento financeiro, aliás se já era difícil para os membros da Assembleia, olharem para documentos e analisá-los no anterior sistema contabilístico é evidente que com este é algo que é impensável. De qualquer das formas há algumas questões que eu gostaria de levantar. Este documento resulta das opções do Executivo, é evidente que são opções políticas, são opções técnicas, são as opções do PS. Não concordo com elas, há uma série delas com as quais eu não concordo de qualquer das formas ao ler o relatório de atividades, eu já disse aqui várias vezes e volto a dizer, entristece-me a pobreza, não é a pobreza do documento em si, é a pobreza das atividades que efetivamente a Junta realiza. Porque se olharmos para ali, nós chegamos à conclusão do quê? Nós compramos, nós vendemos, é aquilo que está ali, ou pelo menos é aquilo. Atenção que não sou da área contabilística, caí uma vez na patetice de tentar fazer um bacharelato de três anos em contabilidade e administração, fiz dois e aquilo saí de lá porque aquilo não me dizia nada. De qualquer das formas eu consigo olhar para o documento, posso não olhar para os números, mas eu retiro daquele documento e analiso sob várias formas. Efetivamente se nós olharmos é pobre, porque aquele relatório deveria refletir os projetos que a Junta tem, no fundo, no fundo reflete aqueles que não tem. Atenção nós atravessámos um ano de 2020 extremamente complicado, mas a pandemia não é desculpa para tudo, a pandemia não é desculpa para não ter havido atividades e eu digo-vos isto porque eu sei que é possível fazê-las. Agora, eu pergunto-me porque que é que elas não foram feitas aqui, não houve vontade política ou não houve capacidade técnica? Realizar atividades durante o período da pandemia com a população sénior e com as crianças era algo perfeitamente possível. Era possível fazê-lo virtualmente e era possível



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

fazê-los fisicamente, mas para fazer coisas é preciso ter vontade de as fazer e é preciso sabê-las fazer, sem isso não se faz nada. Efetivamente não há nada, vários projetos que existiam, a Junta não tem nada, não tem projetos. É assim, nós olhamos para ali e tem ali a questão da Ação Social, nós olhamos e o número de famílias, e eu sinceramente quando olho para o número de famílias, quando eu sei a situação que o país atravessa, quando eu sei a demanda que existe em relação a alguma população nomeadamente nos bens alimentares, quando eu sei que existem grupos de anónimos, grupos particulares de pessoas que recolhem alimentos, que recolhem bens, e atenção que são grupos de pessoas que são amigos, que se conhecem, que divulgam as ações e que recolhem alimentos junto dos amigos e que vão entregar a famílias às quais as Autarquias não consequem responder, há aqui alguma coisa que não está bem. Das duas uma, ou as pessoas não conseguem chegar às Autarquias para dizer das necessidades delas, e nós sabemos que às vezes as pessoas têm dificuldades, mas há agui uma falha grande, é impensável, eu não acredito que no ano de 2020 a Junta deu resposta às famílias ou a grande número das famílias que necessitavam, porque eu não acredito que só foram aquelas famílias a necessitar. O desemprego é grande, a taxa de desemprego é elevada, as famílias vivem situações drásticas e esta vivência reflete-se numa primeira fase na dificuldade em que têm de pagar despesas, mas na dificuldade que têm em alimentar-se e nós olhamos para o relatório da Junta e daí não tiramos nada. Eu não acredito, porque a Mina de Água é a maior Freguesia do Concelho da Amadora, que aqueles números efetivamente tenham respondido às necessidades da população, a não ser que nós estejamos perante uma Freguesia onde a taxa de emprego é elevada, onde o nível e a capacidade das pessoas é grande e têm bons ordenados e conseguem ter um nível de vida elevado, eu não acredito nisso. Ainda em relação às atividades que não se realizaram, é assim, o ano vai ser complicado, existem estudos que nos dizem e eu poso-vos dizer que a Direção Geral da Administração e do Emprego Público fez um estudo junto de uma série de entidades para a avaliar a questão dos riscos psicossociais, neste caso foi a nível dos trabalhadores, mas e ela vai acontecer com a população em geral, as consequências desta pandemia em termos de saúde mental são imprevisíveis, são questões que as Autarquias têm que trabalhar, são questões que nós temos que ver. É assim, eu não digo nós na Assembleia, porque efetivamente nós até podemos aprovar e decidir alguma coisa e depois fica tudo por isso mesmo. Agora, são questões que a Junta tem que olhar para elas com olhos de ver, mas para isso também precisa de vontade política e precisa de técnicos e efetivamente a massa critica que existe ela não é grande. O não haver técnicos e eu quando digo técnicos, refiro-me a técnicos superiores em determinadas áreas, isto resulta naquele relatório que nós temos ali. A junta tinha duas técnicas superiores da área da Ação Social, tem uma prestadora de serviços, não sei, penso que já terá um contrato, mas eu já falo nisso no ponto a seguir, uma aposentou-se e no fundo o que é que acontece, nós temos uma Freguesia com quarenta mil habitantes, penso que não estou



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

enganada, e temos duas Técnicas de Servico Social em dois anos quase, um ano mejo, extremamente complicados e perdoem-me os Membros do Executivo, mas eu não reconheço nem ao Senhor Presidente da Junta, nem a alguns deles capacidade técnica para enfrentar esta questão. Não é nenhum problema também há coisas que eu não sei fazer, eu se me mandarem fazer testes COVID, eu não sei fazer, sei fazer outras coisas. Daí quando os membros do Executivo não têm saberes, eles têm de se fazer acompanhar de técnicos que o tenham, isto é o princípio do saber: é o saber é o saber fazer. o princípio é esse. Eu acredito que haja boa gente que desconhece. Depois em relação ao documento em si, isto porque eu tenho dúvidas, porque eu olho para o documento e há coisas, e também não tive muito tempo para o ver, e depois também tinha umas letrinhas muito pequeninas, mas surgiram-me algumas dúvidas, está uma alteração ao PPA e ao PPI, estão os objetivos e os projetos no documento da alteração do PPI e do PPA, e há, eu não consegui perceber porque é que as ações e os objetivos e os projetos que estão no PPA são os mesmos que estão no PPI, porque eu sempre achei que havia uma diferenciação entre PPA e PPI. E depois, neste documento que tem transferências e subsídios concedidos é a pág. 119 Nuno, do documento que nos enviaram, tem aqui a finalidade, pronto ok, tem aqui o apoio financeiro para as atividades e depois tem aqui outro que é o FES. Eu olho para este apoio financeiro para as atividades, é assim, não é só a Junta, as Autarquias que têm competências para fazer, há todo um tecido na Freguesia, há todo um grupo de cidadãos que fazem isto, nomeadamente as Coletividades e as Associações. Isto leva-nos, e porque está aqui, a refletir os apoios financeiros para as atividades é finalidade instituições sem fins lucrativos, mas pronto tudo bem. O que é que nos é permitido ver neste documento, os subsídios que foram atribuídos durante o ano a estas Associações, certo!? E, eu não consigo perceber qual é o critério. Eu, olho para este documento e vejo, AMORAMA, e estou a ver na coluna das despesas pagas, acho que estou a ver bem, se eu estiver errada eu peço ao Nuno que me interrompa que eu não tenho necessidade de estar a dizer disparates, e pronto não vou continuar como é evidente, nas despesas pagas eu vejo a AMORAMA que teve um subsidio de 1.000,00€ (mil euros), a Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Carenque 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) e eu estou a ler isto, porque acredito que muitos de vós não o tenham lido, a Associação Desportiva da Amadora teve zero, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Amadora 4.000,00€ (quatro mil euros), a ASSORPIM 32.526,07€ (trinta e dois mil quinhentos e vinte e seis euros e sete cêntimos), o Centro Cultural de São Brás 500,00€ (quinhentos euros), o Centro Desportivo dos Moinhos da Funcheira 2.000,00€ (dois mil euros), a Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria da Amadora 5.000.00€ (cinco mil euros); e depois está as transferências para as escolas, porque isto resulta, penso que será, do subsidio de expediente e limpeza e está aqui, e realmente penso que resulta, mas é mesmo. Aquilo que eu gostaria de saber é porque é que existe esta discrepância, qual é a fundamentação, no que é que, porquê? Porque é que há esta



Vogal Pui Montairo (PSD) 1 24 27/1 28 02 — Cumprimentou os presentes uma vez mais
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra ao Vogal Rui Monteiro (PSD).
se os Membros do Executivo estão a receber senhas de presença quando participam das Assembleias de Freguesia e é só."
já fiz essas contas, não o fiz desta vez, gostava de saber se os Membros da Assembleia, ou melhor
no fundo é o resultado de parcelas e de somas e eu não vou, já caí, já houve Assembleia onde en iá fiz casas centras não e fiz desta vez gestava de cabar se as Mombres de Assembleia, ou melhor
gostaria de ver respondida, porque não estive a fazer contas, olhei para ali e vi que, pronto, aquilo por fundo é o recultado do parcelos o do semas o ou pão you já saí já bouve. Assembleis ando ou
estão aqui com 13.400,00€ (treze mil e quatrocentos euros), neste documento. Outra coisa que el
o que é que são os outros que deve ser aquilo que eu supus e porque que é que os Traços Infinitos
publicitários, não sei, também não é o caso, O que eu queria ver esclarecido é o que é que é o FES
trocentos euros). Eu fui à net ver isto, é uma empresa, já não me lembro, que trabalha em brinde:
des, está aqui FES entidade beneficiária Traços Infinitos Unipessoal, 13.400,00€ (treze mil e qua
ter uma lógica, e se não têm eu tenho dúvidas e por exemplo aqui é na penúltima linha das entida
para um documento e eu não o consigo perceber e números é lógica, quer dizer, as coisas têm que
me deixa curiosa, intrigada porque eu não consigo perceber, e para mim é terrível quando eu olho
à pessoa e que seja pago, não sei, não estou a pôr isso em causa. Mas, depois há aqui algo que
também acredito que se alguém chega com o recibo da luz para pagar, que não lhe deem o dinheiro
que em situações de emergência a população se tenha deslocado à Freguesia, tenha pedido apoio
documentação, tem supermercados, tem gás, tem EDP, tem farmácias, tem o IRN, ok, eu acredito
sei lá, tem aqui a Conservatória do Registo Civil da Amadora, possivelmente para alguém tratar de
que tenha sido para pagamento de despesas no sentido de algum apoio que a Junta tenha dado
deduzo pela aquilo que aqui está, alguns são particulares e outros são entidades privadas, deduzo
sei o que é. Fundo de Emergência, ok, pronto. É assim, eu leio, estão aqui uma série de linhas e el
Depois aqui nas finalidades, está aqui umas iniciais que é FES, Fundo de Estabilidade Social!? Não
eu teria que levantar a questão
tem 1.000,00€ (mil euros)? Deve de haver algum critério seguramente, seguramente dir-me-ão, ma
mas pela atividade que desenvolve, pelo que eu conheço das Associações acredito, e a AMORAMA
plenamente que seja uma Associação que tem um orçamento de despesas enormíssimo, nunca vi
Nós temos a AMORAMA: a AMORAMA é uma Associação que apoia deficientes profundos, acredito
soas que envolve ou com as atividades e eu levanto logos uma questão para a primeira Associação
discrepância de subsídios entre as Associações? Dir-me-ão que tem a ver com o número de pes



ATA Nº 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

Mencionou que relativamente a este ponto e a este documento haviam verificado que aquilo que haviam apresentado como proposta em setembro de 2020, que era a criação de linhas de apoio financeiro a título excecional para as Associações era uma proposta que se poderia ter sido feita, se não fosse o voto contra da bancada do PS e que não só a poderiam ter feito, como poderiam ter feito mais. Salientou ainda que existiam Associações que não conseguiram recuperar do que estavam a ter em perda e que haviam ficado pior com a situação do COVID e que poderiam ter feito mais pelo comércio e pelas pessoas com as verbas que não foram gastas com as atividades. -----Destacou que relativamente aos apoios às Associações estes lhe sabiam a pouco, uma vez que existiam um conjunto de entidades na Freguesia que não estavam ali refletidas. Questionou igualmente o critério de atribuição dos apoios, uma vez que consideravam estranho não existir nada definido e que notam a ausência de algumas entidades, bem como notam a presença assídua de outras. Questionaram ainda a situação dos Tracos Infinitos, uma vez que estranharam o apoio con-A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra ao Vogal Manuel Patrão (PS). -----Vogal Manuel Patrão (PS) 1.24.27/1.30.35 – Informou que o PS vota nesta Assembleia de acordo com as Leis deste país e como todos os colegas de bancada votam, reforcando que a bancada do PS apenas aprova quando sabe que está dentro da legalidade, caso contrário não aprovariam, e que não considera corretas as afirmações de que a bancada do PS aprovava tudo e de qualquer Destacou que a bancada do PS iria votar a favor este documento, uma vez que considera cumprir com a legislação e porque acredita no técnico que orienta esta área, uma vez que tem ao longo do tempo demostrado capacidade técnicas para o efeito. -----Mencionou que era oportuno nesta altura virem apontar o que de menos bem haviam feito no passado, salientando que nesta fase o que realmente era importante não seria falar do que correu mal no passado, mas sim de fazer propostas para o futuro. ------Terminou a intervenção mencionando que o Partido Socialista iria votar a favor. ------A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD). ------Vogal Ricardo Girão (PSD) 1.30.58/1.32.38 - Cumprimentou todos os presentes. ------



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

Mencionou que lhe agrada que o Senhor Manuel Patrão pense dessa forma, embora tivesse pena que não o tivesse feito há quatro anos atrás, quando havia aceite fazer parte de uma lista que de propostas tinha zero. Salientou que estiveram quatro anos a perder tempo e que haviam sido quatro anos desperdicados, questionando o porquê de vir agora a solicitar propostas quando as propostas que foram apresentadas foram chumbadas. Questionou igualmente o porquê de não terem votado Referiu ainda que as propostas do Partido Socialista eram uma nulidade e uma vergonha. ------A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra ao Vogal Eduardo Dores (CDU). -------Vogal Eduardo Dores (CDU) 1.33.32/1.36.44 -- Intervenção transcrita na íntegra - "De facto este tipo de picardia e este tipo de discussão, de facto é o resultado da forma em como estas Assembleias têm decorrido. E, eu acho de facto lamentável esta intervenção do Manuel, porque não faz qualquer sentido vir criticar as propostas dos outros e faço minhas as palavras do Ricardo, quando se produziu zero. ------De facto, nós temos 10 eleitos dos PS, ouvimos o Manuel, enfim o Ginja faz de vez em quando uma ou outra intervenção, mas de resto espremer, se a gente conseguir tentar espremer alguma coisa das intervenções da bancada do PS, conseguimos muito pouco. -------Eu, pelo primeiro ano não fiz a análise do relatório, enfim acompanho um bocadinho o deitar a toalha ao chão e alguma deceção com a forma como se têm discutidos estas questões e enfim, o resultado Queria apenas fazer aquilo que é uma declaração de voto, como o Manuel já fez. ------------Este relatório é o resultado das opções do Partido Socialista, digamos que, do nosso ponto de vista não os acompanhamos nas opções que fizeram, sobretudo na questão da opção gestionária e pela opção pela contratação de serviços externos. Por outro lado, fazer aqui uma outra nota num ano difícil, onde muitas pessoas estiveram em dificuldade e nós continuamos a pensar em acompanharmos um pouco aquilo que a Dina disse, continua a haver muita gente em dificuldade, de facto o desemprego está aí, a precariedade está aí, e num anos destes eu penso que o Partido Socialista ter um saldo de um exercício de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) que é praticamente um quito ou um sexto do seu orçamento, parece-me que fizeram muito pouco para acorrer às necessidades das pessoas. E, portanto, este é o nosso sentido de voto, nós vamos votar contra este orçamento e esperamos que para o ano haja, enfim, já não comigo, mas com uma nova Assembleia um outro tipo de discussão até porque este documento tecnicamente é mais complexo. Eu não percebo muito bem o que é que o Manuel quis aqui dizer, enfim, a Cândida tem levantado um conjunto de questões,



sobre as questões formais dos orçamentos e dos relatórios, eu para mim, eu julgo que o documento tecnicamente está bem construído e não ponho isso em causa. Nós votamos contra não é porque o documento está tecnicamente bem contruído, votamos é porque não acreditamos nas opções que foram tomadas para a sua construção. Disse."				
rque s, os ue se cada nos c				
a pa-				
reira mpre cnico Revi- que ereria ssal- n um ontas ácios ópria				



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

Informou que a norma de controlo interno não dizia quando havia sido aprovado, mas que este havia sido aprovada no dia 26 de maio de 2021, porque de acordo com as novas instruções do Tribunal de Contas, este passava a ser um documento obrigatório a ser enviado para o Tribunal de Contas. Esclareceu que este era um documento muito importante e que se encontrava ajustado ao funcionamento desta Freguesia. Informou ainda que a Assembleia tem conhecimento deste por mera cortesia e porque haviam incluído no documento de prestação de contas. Referiu que o documento era extenso, mas que estava feito em linha com as instruções do Tribunal de Contas. Informou ainda que logo que fosse possível a norma de controlo interno e a prestação de contas iriam para o site. Referiu que iria anotar que a norma deveria ser acompanhada da proposta de reunião de Executivo para que pudessem saber a sua entrada em vigor e que iriam juntar a deliberação junto do regulamento para ser publicado no site. ------Em resposta à Vogal Alexandrina Louro (MIMA), relativamente ao relatório de atividades ser pobre, referiu que é efetivamente uma verdade, mas que este se deve ao facto de não terem conseguido realizar as atividades que habitualmente realizavam nos domínios da Cultura, Educação e Desporto. -----Mencionou que se congratula com os trabalhadores que tinham e que têm feito um rejuvenescimento das equipas; relativamente aos Técnicos de Ação Social esclareceu que existiam duas técnicas mais uma em regime de prestação de serviços e que não irão ficar com três técnicas, não só porque o SAAI apenas cobre o pagamento de duas técnicas, mas também por não existir a necessidade de três. Referiu que havia ocorrido a saída da técnica mais antiga e que já haviam pensado no procedimento para a técnica entrar a contrato a termo e que era o procedimento que estava a decorrer. Clarificou que neste momento tinham duas técnicas e que as mesmas têm sido o necessário e o suficiente conjuntamente com toda a outra equipa que trabalha por trás e que ajuda na execução dos projetos por forma a dar resposta à população, nomeadamente nos cabazes alimentares, loja solidária, na entrega e recolha de alimentos e outros projetos da Ação Social. ------Esclareceu que o mapa de alterações do PPI tinha um problema e que era uma gralha do software que repete os projetos noutro e que já havia reparado noutro sítio que havia acontecido o mesmo. Clarificou que relativamente ao mapa de transferências e subsídios, estes até 2019 eram de envio obrigatório apenas para o INE e passaram agora a ser obrigatório o seu envio para o Tribunal de Contas e que o que levantou questões haviam sido com a quantias atribuídas e que se dividiam em dois pontos destintos o critério de atribuição eram propostas efetuadas ao Executivo e estas foram à reunião de Executivo e que os pedidos haviam sido feitos expondo os seus motivos que se encontram anexos às propostas realçando que poderiam disponibilizar essa documentação se assim o entendessem. Salientou que no seu entendimento existia apenas um valor que se encontrava discrepante que é o valor da ASSORPIM e era de fácil explicação uma vez que este montante se



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

devia às transferências das verbas que vinham da Câmara para os patrulheiros e que o faziam sair como apoio e daí constar neste capítulo. Transmitiu que relativamente ao FES existe uma questão de operacionalização que tinha a ver com o software e que os pedidos do FES eram todos para particulares. Salientou que existiam alterações no lançamento da despesa e que haviam passado a lançar estas despesas sempre em nome do particular por questões de transparência. Esclareceu ainda que o pagamento destas despesas não era pago diretamente à pessoa, mas sim às entidades. ------Clarificou igualmente que a questão dos Traços Infinitos se prendiam com a oferta das máscaras aos alunos de todas as escolas da Freguesia e que este como se enquadrava dentro do apoio COVID que a Câmara Municipal havia transferido para a Junta em 2020 e que haviam enquadrado esta enquanto apoio no combate à pandemia e que haviam decidido apoiar os alunos e daí este aparecer em nome da empresa que havia sido responsável pela execução desse trabalho e que aqui não daria para lançar em nome individual de cada aluno por ser impossível.-----Transmitiu que o que a lei determinava era que os Vogais eleitos do Executivo que compareçam às Sessões da Assembleia de Freguesia têm direito a receber uma senha de presença de igual valor à que recebem em reunião de Executivo à exceção se estes estiverem a meio tempo ou a tempo inteiro que aí não têm direito a receber porque estão em regime de permanência ou não permanência, mas auferem uma remuneração, nomeadamente os Vogais Tesoureiro e secretário não recebem porque recebem uma compensação, e que o Vogal Domingos que se encontra a meio tempo que também não recebe e que o vogal que tem o outro meio tempo nesta assembleia também não o recebe e os outros Vogais que não têm meio tempo têm direito a receber uma senha de presença. Em resposta ao Vogal Rui Monteiro (PSD) salientou que haviam falado relativamente ao apoio extraordinário às Associações e que o apoio prestado a estas pela Junta de Freguesia era de ajuda ao funcionamento das instituições e que não era competência da Junta apoiar de forma a fazer face às necessidades que as instituições tinham para funcionarem, mas sim pelo que elas faziam em prol da Freguesia, nomeadamente na execução de atividades. Referiu ainda que é necessário algum cuidado com os apoios extraordinários, porque não quer ser responsabilizado por ter apoiado indevidamente as instituições. Salientou que o envio destes mapas passou a ser obrigatório, devido a questões levantadas nas inspeções internas ou externas teve de ver com o peso dos apoios que são dados às instituições e que muitas vezes eram difíceis de justificar. Ressalvou que uma coisa seria atribuir um apoio para estas desenvolverem atividades e de alguma forma existia uma contraprestação e que outra coisa seria estarem a pagar o funcionamento das instituições. ------Em resposta ao Vogal Eduardo Dores (CDU), relativamente ao facto de o saldo ser elevado e segundo a oposição devido a alguma ineficácia do Executivo, por não ter conseguido executar outras atividades, clarificou que este o era por três motivos, nomeadamente o condicionamento devido



à pandemia que impossibilitou a execução de um conjunto de atividades, bem como pela transfe
rência de verbas devido ao novo quadro de competências para as Juntas de Freguesia e ainda que
o investimento que estava previsto ocorrer em ano zero estavam agora a arrancar exemplificando
com a aquisição das varredoras, substituição de mobiliário urbano. Esclareceu também que não
poderiam estar a gastar este valor em outras atividades e apoiar e depois ficar se verbas para o
investimentos de decorreriam das obrigações de execução que decorriam dos protocolos de des
centralização que neste caso seria a transferência de competências. Relembrou que há um ano
atrás estavam a apresentar um resultado negativo e com um saldo orçamental pouco mais de zero
Transmitiu que relativamente à contratação de empresas era importante clarificar que este Execu
tivo tem feito um caminho misto devido aos níveis de absentismo uma vez que com as empresa
podem exigir a substituição integral dos trabalhadores e que era algo que a Junta não conseguia
fazer em tempo útil para tarefas que eram imediatas exemplificando com a limpeza pública. Menci
onou ainda que existiam determinados trabalhos especializados que necessitavam ser feitos po
especialistas, exemplificando com a poda de árvores. Reforçou que praticavam uma política de
gestão mista
Transmitiu que o Executivo aceitava todas as críticas de falta de propostas de ineficiência na apre
sentação de propostas, na execução de propostas, mas que não podiam dizer que este Executivo
tenha feito mau trabalho, porque não era verdade e que tinham feito alguma coisa, uma vez que
não estiveram parados durante os quatro anos. Salientou ainda que pelo facto de não terem ouvido
as propostas dos outros partidos ficava a ideia de que não haviam feito nada. Reforçou que havian
feito tudo o que lhes havia sido exigido e que se encontrava dentro das competências dos mesmos
Considerou ainda que não ter existido faltas de respeito
A mesa foi interpelada pela Vogal Cândida Pereira (BE) pra exercer o direito de resposta, a quen
foi concedida a palavra pela senhora Presidente em exercício Maria Margarida Guilhermo
Santos Rendeiro (PS)
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a pa
lavra à Vogal Cândida Pereira (BE)
Vogal Cândida Pereira (BE) 2.02.05/2.03.50 – Mencionou que lamenta que as observações que
havia feito ao documento tenham sido assim entendidas
Referiu que não havia dito que o lucro não prestava para nada e que o que havia dito era que en
vez de ter o resultado maior, que preferia vê-lo menos menor e ter visto mais trabalho feito em pro
dos fregueses



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

Clarificou que não tinha dito que a certificação legal de contas não queria dizer nada, mas que tinha dito que fazia fé e como resultado disso o Bloco de esquerda votar iria se abster em detrimento do voto contra. Acrescentou que o que havia dito era que no parecer existia um reparo que se chamava ênfase e que não ia entrar em pormenores, mas que não era uma opinião limpa, porque podia não ter lá aquilo, mas que tinha. Acrescentou que o auditor tinha lá aquilo porque não modificava a opinião e que havia dito que para o Bloco de Esquerda também não modificava a sua opinião. ----A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS), para esclarecimentos. ------Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 2.03.53/2.06.50 – Em resposta à Vogal Cândida Pereira (BE), referiu que a ênfase estava lá, não era porque a opinião não era limpa, que era uma questão técnica. Transmitiu que entrando no domínio técnico e que financeiramente tinham de fazer a comparabilidade dos anos, mas que estes dois documentos em particular não existiam em 2019, daí não ser possível fazer a comparabilidade. Ressalvou que e o que o revisor dizia era que ainda que o normativo venha dizer que, por ser a primeira vez que entra em vigor o SNC-AP, não era preciso comparabilidade nenhuma em nenhum mapa, nós havíamos o feito à exceção daqueles dois que eram impossíveis comparar e que era esta a ênfase que o revisor havia feito. Clarificou ainda que a mensagem que estava a ser passada e que a ideia com que tinha ficado era de que estaria a colocar em causa a certificação legal de contas e que lamentava se tinha interpretado mal as pala-Colocada à votação a Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2020, o mesmo foi aprovada por maioria com 10 votos a favor (10 PS), 7 abstenções (3 PSD,1 CDS, 2 BE e 1 MIMA) e 1 voto contra (1 CDU). ----------------------Ponto Quatro – Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental. ------A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS), para apresentação do documento. -------Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 2.08.26/2.09.20 – Informou que relativamente à revisão orçamental existia uma nova intensão de transferência de verbas no valor de mais 25.564,50€ (vinte e cinco mil euros quinhentos e sessenta e quatro e 50 cêntimos) por parte do Município para apoio a famílias no âmbito do COVID 19, à semelhança do que havia sido feito em 2020. Referiu que se



ATA Nº 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

propunham em aceitar esta nova competência, e que haviam dotado de novo do lado da receita e
que do lado da despesa esta iria diretamente para o Fundo de Emergência Social para apoiar as
amílias, criando de igual forma o referido apoio no PPA. Clarificou que esta era a única alteração
que propunham
 Colocada à votação a Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental, a mesma
oi aprovada por maioria com 14 votos a favor (10 PS, 1 CDS, 2 BE e 1 MIMA), 3 abstenções
3 PSD); 1 elemento (1 CDU) não votou por se encontrar ausente aquando da votação
Ponto Cinco - Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal de 2021 – 1.º Alteração
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a pa
avra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS), para apresentação do documento
/ogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 2.11.58/2.16.46 – Mencionou que relativamente a esta pri-

meira alteração de mapa de pessoal se devia ao facto cumprirem um preceito de inclusão de uma coluna no respetivo mapa e indicarmos quais os trabalhadores que haviam sido abrangidos pelo suplemento de penosidade e insalubridade. Realçou que haviam tentado cumprir com o que estava previsto no Orçamento de Estado e que haviam solicitado o relatório à empresa de Segurança e Higiene no Trabalho os quais haviam identificado risco elevado para todos os trabalhadores nas atividades de Higiene Urbana e nos Espaços Verdes. Informou ainda que haviam dado audição ao STAL nesta matéria e que este havia concordado. Esclareceu ainda que os trabalhadores abrangidos por este suplemento eram 22 e que estes iriam receber por cada dia efetivo de trabalho prestado de cerca de quatro euros tendo um impacto orçamental para a Freguesia na ordem dos 28.000,00€ (vinte e oito mil euros) anuais e que era o que acrescia à despesa para fazer face a esse subsídio. Esclareceu que haviam aproveitado a necessidade de alteração do mapa para corrigirem os postos que haviam proposto contratar no início do ano em que uns por opção haviam sido retirados outros porque não estavam a conseguir preencher mais vagas, nomeadamente na higiene urbana, por inexistência de candidatos. Esclareceu que tinham uma alteração de 56 para 54 postos e que se prendiam com uma recusa do único candidato que havia passado tendo esta sido dada como ocupada devido ao concurso já se encontrar terminado e a outra pela saída para aposentação da Técnica Superior. Salientou que no início do ano existiam 9 novos postos a contratar e que neste momento mantinham 3 novos postos a contratar, que 1 para a Jurista, outro para a Técnica de Ação Social e a reversão de uma mobilidade interna que reverteu de assistente técnica para operacional.



A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a pa-	
lavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra os Vogais Eduardo Dores (CDU),	
Cândida Pereira (BE) e Alexandrina Louro (MIMA)	
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra ao Vogal Eduardo Dores (CDU).	
Vogal Eduardo Dores (CDU) 2.17.08/2.20.54 – Intervenção transcrita na íntegra – "Por um lado	
perceber se esse contrato comtempla a Dr.ª Carina salvo erro, julgo que estava com recibos verdes	
e que é uma das situações que está a ser resolvida neste momento ou não	
Segunda questão o subsídio de salubridade e risco vai ser digamos assim, aprovado após o quadro	
de pessoal, o que eu pergunto é se vão receber o subsídio com retroativos ou não ou se só vão	
passar a receber a partir de agora	
Gostaria também que explicasse um pouco essa questão da reversão de uma das técnicas da Junta	
de Freguesia	
Depois queria fazer aqui uma apreciação de carater mais geral e respondendo um bocadinho à	
questão que estávamos a discutir no orçamento. Eu relembro que em 2014 que foi o primeiro ano	
que comecei a participar aqui nas Assembleias de Freguesia, a Junta de Freguesia tinha um orça-	
mento de cerca de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) vi o quadro de pessoal dessa	
altura e constatei que tínhamos 56 trabalhadores e três quadros superiores. Constato que sete anos	
depois temos um orçamento de 3.000.000,00€ (três milhões de euros) e temos 54 trabalhadores.	
Depois há aqui, aquelas situações dos CEI's, enfim, o que eu não percebo como é que ao longo	
deste período e tendo nós duplicado praticamente o valor do orçamento, continuamos a afirmar que	
o problema é um quadro de trabalhadores que de alguma forma nos causa aqui alguns constrangi-	
mentos orçamentais. Parece-me que não foi aproveitado neste período de sete anos para de al-	
guma forma requalificar o quadro de pessoal da Junta de Freguesia e enfim rever a forma como	
organizamos o trabalho dentro da Junta. Obviamente a conclusão a que eu chego, olhando para	
esta realidade é que se calhar esta opção por prestação de serviços externos acabou por sair mais	
cara à Junta do que se tivesse mobilizado mais um conjunto de trabalhadores para resolver um	
conjunto de assuntos da Junta. Olhamos ainda por um lado para esta questão das limpezas, sabe-	
mos que na zona sul da Freguesia as limpezas são feitas pelos serviços internos e na zona norte	
são feitas por prestação de serviços, ora onde é que nós temos mais queixas!? Não é na zona sul,	



portanto aquilo que os nossos trabalhadores fazem, fazem-no bem e, portanto, há aqui qualquer coisa que eu não consigo perceber
Depois, vem frequentemente à baila aqui a questão, não sei se são nove se são dez trabalhadores permanentemente ausentes de alguma forma, não sei se isso é uma situação que já se arrasta desde 2014, se não, mas parece-me que também não foi encontrada aqui, ou são de facto doentes crónicos e que não têm solução, não foi encontrado aqui mecanismos de mobilização dessas pessoas para regressar ao trabalho. Pelo menos é uma leitura que me é permitida. Disse
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) tomou a palavra e informou que faltavam 3 minutos para a meia-noite e que estenderia esta reunião até à meia-noite e meia hora.
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra à Vogal Cândida Pereira (BE).
Vogal Cândida Pereira (BE) 2.21.28/2.23.50 – Referiu que a autorização destes suplementos estava prevista na lei que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 2021 e que a questão que colocava era ela necessitava de ser regulamentada ou se os serviços poderiam fazer a aplicação direta, uma vez que já decorreram alguns meses, mas que se estes forem com efeitos retroativos então não seria mau de todo. Salientou ainda que caso não fosse com retroativos sairiam prejudi-
cados
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra à Vogal Alexandrina Louro (MIMA).
Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 1.23.42/2.32.32 – Intervenção transcrita na íntegra – "Em rela- cão ao Mana de Pessoal, pronto, esta Assembleia e ao fim de um mandato eu não tenho nada a



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

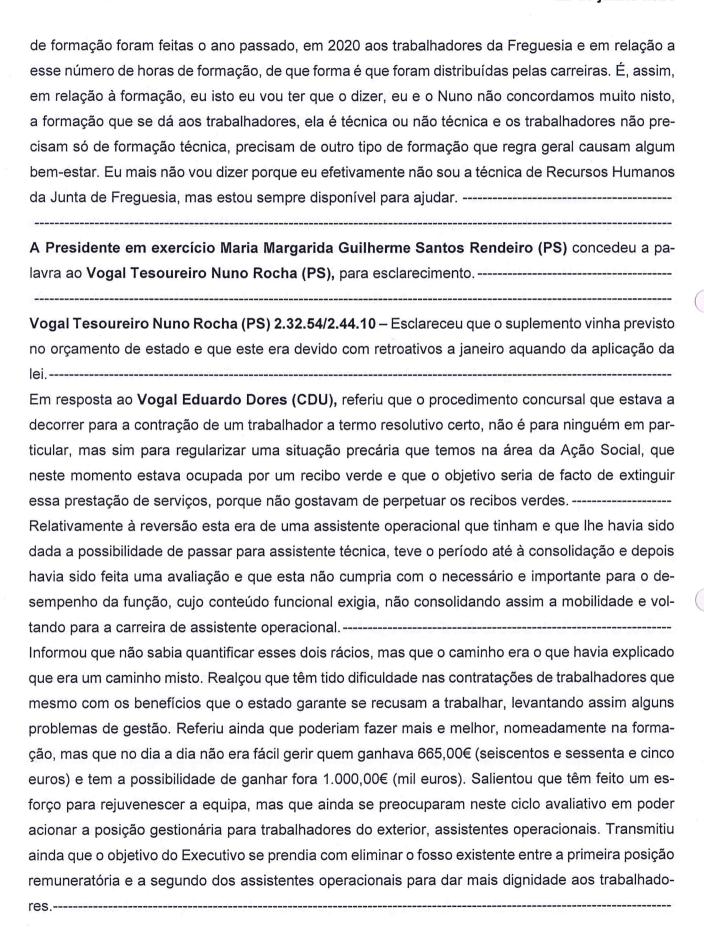
apontar ao Mapa de Pessoal, ao Mapa em excel, à forma, à tabela. De gualquer das formas tenho de fazer aqui algumas análises até porque o Mapa de Pessoal é, digamos, a minha praia. ------Foram aqui levantadas aqui algumas questões que têm a ver com motivação, ausências, formações, é evidente que eu e o Nuno, nunca iremos concordar numa série de coisas em relação aos recursos humanos, até porque a nossa área de formação é diferente, mas eu quero. É assim, o facto de haver tantos trabalhadores ausentes é efetivamente uma preocupação. Quando uma organização tem tantos trabalhadores, e a Junta tem continuadamente, tem tantos trabalhadores que habitualmente estão doentes é necessário parar, pensar e analisar, porque alguma coisa se passa. Eu sei, eu conheço bem o quadro de pessoal da Junta de Freguesia, conheco bem as pessoas por isso eu sei do que estou a falar. Sei que há pessoas que têm dificuldade em fazer determinadas tarefas físicas, mas também sei que há pessoas que não gostam de trabalhar na Junta e que estão desmotivados e que não sentem bem, e isto, digam o que disserem, quando um trabalhador não se sente bem numa organização ele não é um trabalhador rentável. E isto, efetivamente acontece. Atenção, eu não estou a dar culpas a ninguém, aquilo que eu estou a dizer é que quando um trabalhador não está satisfeito, não está motivado é preciso perceber porquê. Eu acredito que muitos têm efetivamente problemas de saúde, outros poderão ter às vezes pouca vontade de trabalhar, mas isto vai para além disso, não é. E é preciso olhar e ver. ------Diz o Nuno, e eu aqui perdoem-me e eu tenho que olhar para o meu passado nesta Freguesia e não vou passar isto em branco. Diz o Nuno que chamaram a empresa de Segurança e Saúde no Trabalho a fazer a avaliação de riscos, pronto, essa avaliação de riscos existia na Junta e já identificava quer os trabalhadores da Higiene Urbana, quer os trabalhadores dos Espaços Verdes como trabalhadores de risco, está feita, está feita de acordo com as normas e com as regras. Eu acredito que tu nunca a tenhas visto Nuno, fui eu que a fiz. ------Depois, em relação à questão do conteúdo funcional, é assim, eu percebo o conteúdo funcional e isto também vem ali um bocadinho na resposta da Cândida. O conteúdo funcional é efetivamente igual para os assistentes operacionais, e todos os assistentes técnicos têm um conteúdo funcional, os assistentes operacionais têm o mesmo conteúdo funcional, ajudaria a ler o mapa se nas áreas para além do conteúdo funcional tivesse de alguma forma ali refletido as tarefas a que os trabalhadores estão afetos ou a área, poderia efetivamente ser feito de outra forma, no sentido de quem não sabe como é que estas coisas são feitas, ou como é que elas acontecem e perceber aquilo que está a acontecer. -----Depois, e porque estamos sempre a aprender, aprendemos todos uns com os outros, e quando temos vontade aprendemos e isto é uma das questões que eu já aqui levantei. Eu não posso deixar de passar, na folha onde está a proposta, aqui a referência ao ponto dois, diz, extinção do posto de trabalho a termo resolutivo, atendendo à constituição de vínculo de emprego público. Um



ATA N° 23 – 2017/2021 29 de junho 2021

Depois, tenho aqui algumas dúvidas, pronto, uma eu já percebi, está aqui uma mobilidade intercarreiras de um assistente técnico, possivelmente foi aquela que o Nuno referiu. Mas depois há aqui uma situação, e eu tenho que perguntar, ou melhor eu tenho a resposta para esta pergunta, não sei é porque é que ela aconteceu. Há um assistente operacional que continua a termo resolutivo, eu tenho ideia e o Nuno falou nisso, de que todas as situações que estavam a termo resolutivo, com base no concurso que houve, todas as situações teriam deixado de estar a termo resolutivo, neste caso é u contrato a termo incerto, e teriam passado a contrato por tempo indeterminado, que é aquilo que vem aqui no mapa como RCTFP. Há uma assistente operacional que se mantém aqui. a situação dela não foi regularizada, isto levanta-me outra questão. É assim, eu não a levantei agui antes, porque eu estava à espera de que todas as situações fossem regularizadas, mas eu não posso deixar passar e isto tem a ver com os tempos limites que os contratos a termo resolutivo incerto duram. A mim dói-me ver trabalhadores continuadamente a termo resolutivo incerto, eu fico efetivamente satisfeita que essa situação tenha deixado de existir, porque estar a termo incerto é a mesma coisa que estar a dizer ao trabalhador, tu estás cá hoje, mas amanhã podes não estar, esta é a mensagem que lá está. Isto também causa desmotivação, também causa uma série de situações nos trabalhadores, pouca vontade de trabalhar, não vestir a camisola, pronto, há uma série de situações aí. Eu também sei que o mapa de pessoal, a Junta de freguesia não tem na área da Higiene Urbana, um mapa muito jovem, são tarefas de risco e continuadamente pode desenvolver, durante uma série de anos andar ali a carregar lixo, o esforço físico é muito grande e efetivamente isto causa muito desgaste nos trabalhadores, também por isso é que há empresas e também algumas Autarquias que efetivamente tomam algumas medidas no sentido de tornar o dia do trabalhador mais fácil. Eu posso-vos dizer que inclusive há uma empresa que de manhã têm exercícios físicos para os trabalhadores no sentido de que no fundo é para fazer um aquecimento para que o esforço físico que eles vão ter ao longo do dia não seja tão impactante, não chegam ali e não carregam logo uma máguina de lavar, mas pronto, isto são manias de técnicos de Recursos Humanos. ------Depois, esta questão aqui do assistente operacional, eu vou levantar outra questão, se a trabalhadora já fez setenta anos, se está a trabalhar, qual é a base legal para ela continuar a trabalhar. ----Depois, levantam-se-me outras questões, a Cândida levantou a questão do pagamento do retroativos, não sei se eles vão ser efetivamente feitos ou não, mas tenho uma outra questão que se prende com o mapa de pessoal e que eu não consigo ver respondida em lado nenhum, que é quantas horas







Mencionou que as reclamações não eram mais na zona norte, e que os principais problemas sem-
pre existiram na zona sul, salientando que o feedback obtido era de que na zona norte era de que
normalmente corria bem e que na zona sul não corria tão bem, mas que considerava não estar a
correr mal
Em resposta à Vogal Cândida (BE), referiu que o que provavelmente faltaria no mapa era uma
descrição das tarefas ou a área em que se encontravam inseridos, porque o conteúdo funcional era
o que vinha na lei e que era igual para todos os assistentes operacionais
Em resposta à Vogal Alexandrina Louro (MIMA), mencionou que considerava importante a forma-
ção e que esta poderia combater a falta de motivação, mas que não combatia dores de costas ou
pouca vontade de trabalhar e que quem gere recursos humanos sabe os momentos em que quere-
mos produzir menos ou que queremos produzir mais. Referiu que apenas tinha conhecimento dos
casos que relatavam a sua insatisfação junto das chefias ou do Executivo e que nesses vão resol-
vendo dentro das possibilidades. Mencionou ainda que esta Freguesia sempre havia tido trabalha-
dores com maleitas crónicas e que sempre terão devido às tarefas pesadas que executavam exem-
plificando com os monos
Salientou ainda que tentam motivar os trabalhadores dentro do possível e que a higiene urbana era
mais jovem
Esclareceu que a assistente operacional a termo incerto está associada a uma competência que
continua delegada e que não sabia se esta poderia ser revertida algum dia por parte do município.
Informou ainda que a informação que tinha era de que era possível trabalhar após os 70 anos
A mesa foi interpelada pela Vogal Alexandrina Louro (MIMA) para pedido de esclarecimento, a
quem foi concedida a palavra pela senhora Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme
Santos Rendeiro (PS)
A Presidente em exercício Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a pa-
Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 2.44.17/2.45.08 – Intervenção transcrita na íntegra – "O pedido
de esclarecimento prende-se precisamente com esta questão, porque eu agora fiquei com uma
dúvida. A mobilidade decorreu durante um ano e meio, dezoito meses, certo!? Pronto. Aquilo que
aqui foi dito foi que a trabalhadora não tinha perfil, foi o que tua acabas-te de dizer agora Nuno, não
foi!? Foi o que eu ouvi. Aquilo que eu gostava de saber é como é que foi possível avaliar, atenção
que eu não estou a dizer que está correto ou que está errada a atitude, atenção. Eu não estou a
falar disso. Aquilo que eu quero saber é como é que foi possível avaliar o perfil de uma trabalhadora



MINA DE OCUO

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA

Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 2.51.06/2.51.51 –Solicitou da palavra para se despedir com
um abraço e um bem-haja ao Vogal Eduardo Dores (CDU), porque sabia que já não voltaria, bem
como agradecer-lhe pessoalmente toda a sabedoria, salientando o exemplo de trabalho e dedica-
ção deste na Assembleia de Freguesia
Agradeceu igualmente aos restantes pela presença, recordando que em setembro ainda se reali-
zaria a última Assembleia
Terminou a intervenção com um agradecimento especial à Senhora Presidente em exercício pelo
trabalho prestado
Após leitura, a Presidente em exercício da Assembleia de Freguesia colocou à votação a ata minuta
com as deliberações da Ordem de Trabalhos da presente sessão, tendo a mesma sido aprovada
por unanimidade dos presentes
Por nada mais haver a tratar o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão às zero horas
e trinta minutos de dia 30 de abril de 2021, tendo sido lavrada a presente ata que vai ser assinada
pela Presidente da Mesa e Secretária
Presidente
Secretário Ana Letta